



GABINETE
DO
REITOR

Contribuição da USP para uma Política Nacional do Ensino Médio

As políticas educacionais, nos últimos anos, em âmbito internacional e nacional, vêm sendo alteradas em conformidade com políticas econômicas neoliberais e transformações do mundo do trabalho. O movimento de reorientação curricular insere-se nesse contexto, apresentando importantes implicações para a formação dos brasileiros e brasileiras, no que se refere a limites na apropriação do conhecimento, no desenvolvimento da criticidade e na inserção social.

No início de 2017 foi estabelecido o Novo Ensino Médio, por meio da Lei 13.415/2017, em conversão à Medida Provisória 746/2016. Em todos os países a política educacional deve ser atualizada, exigindo reformas. Não é diferente no Brasil, pelo contrário. Contudo, a Reforma do Ensino Médio não mostrou os efeitos positivos prometidos.

Devido a problemas em sua implementação, decorrentes de inadequações de concepção pedagógica, falta de professores(as) e de infraestrutura escolar para realização do modelo, parte significativa da comunidade educacional se posicionou contra o Novo Ensino Médio.

Diante desse cenário, o Ministério da Educação (MEC) foi levado a estabelecer um processo de consulta pública, dando a oportunidade do envio de sugestões para a afirmação de uma nova Política Nacional de Ensino Médio. Por essa ocasião, a Universidade de São Paulo (USP), reconhecendo a necessidade de discussão sobre essa política e consciente de seu compromisso com a melhoria



GABINETE
DO
REITOR

da formação na Educação Básica, apresenta a seguir suas considerações, com o objetivo de contribuir com o processo de reestruturação da etapa terminativa da Educação Básica.

Foram realizadas diversas atividades de escuta nos campi de Ribeirão Preto, São Carlos, Lorena, USP-Leste e Butantã, com a participação de estudantes, professore(a)s, gestore(a)s que integram as redes públicas estadual e municipais e, também, de docentes, discentes e pesquisadore(a)s dos 28 cursos de Licenciatura e das 2 escolas da USP que oferecem o Ensino Médio.

Nos sucessivos debates sobre o assunto, no âmbito das supracitadas atividades de escuta, foi evidenciada uma posição universal de desaprovação da Reforma, sendo sistematizada uma defesa praticamente unânime pela revogação do Novo Ensino Médio. Isso ocorre pelo fato de que existem vários aspectos graves e críticos na Reforma, deliberada e implementada de forma açodada, sem diálogo e legitimação junto à comunidade educacional. Esses pontos serão detalhados na continuação deste documento.

Atenta às razões que conduzem a esse posicionamento, enquanto instituição de Ensino Superior que defende e busca promover uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, a USP, além de indicar os problemas decorrentes do Novo Ensino Médio, tem o dever de, com base nas pesquisas que realiza e no acúmulo de conhecimentos do campo educacional, propor caminhos que superem as muitas fragilidades da Reforma e que, ao mesmo tempo, não repitam os desacertos do modelo anterior, com o firme intuito de colaborar para a afirmação de uma nova Política Nacional de Ensino Médio.

O que está em jogo, sempre vale frisar, é o processo formativo de milhões de jovens por todo o Brasil e a relevância do(a) professor(a) que, nos termos



GABINETE
DO
REITOR

vigentes, tem sido amplamente desvalorizado(a) – situação que foi muito agravada pelas graves consequências do Novo Ensino Médio, que resultam em ainda maior fragilidade da profissão docente.

Portanto, para essa etapa da Educação Básica tão importante na vida de cada estudante, não se quer o retorno ao modelo anterior de Ensino Médio, historicamente criticado por expressar um currículo “enciclopédico” e que não contempla as múltiplas dimensões de formação do(a) estudante, tampouco lhe dá oportunidades de escolhas - algo que o Novo Ensino Médio, na realidade observada nas escolas públicas brasileiras, também não permite.

Ao mesmo tempo, como tem sido observado e noticiado em todo o país, o Novo Ensino Médio não atende às expectativas do(a)s jovens, que dão os primeiros passos para inserção plena e autônoma na esfera pública, experimentando as incertezas pessoais e profissionais que caracterizam a juventude e a passagem para a vida adulta.

Ademais, o Novo Ensino Médio se constituiu como uma política desacompanhada da necessária análise para sua implementação, acarretando em dois problemas: primeiro, resulta na desprofissionalização docente, ao permitir - na implementação dos itinerários formativos - tanto a figura do notório saber quanto a desconsideração da formação de origem do(a) professor(a). Segundo, não observou – tanto em sua aprovação como em sua implementação – a falta de escolas, salas de aula e recursos técnicos e materiais para a oferta dos itinerários formativos, impedindo o direito de escolha do(a)s estudantes.

O Novo Ensino Médio, de maneira geral, tem falhado na oferta da formação que se espera para essa fase, a última etapa obrigatória da educação escolar, uma vez que conhecimentos disciplinares básicos são pouco presentes na formação



GABINETE
DO
REITOR

geral¹, dificultando os possíveis e necessários aprofundamentos nos componentes curriculares que constituem a parte diversificada do currículo.

Assim, o(a)s estudantes do Ensino Médio têm poucas oportunidades para adquirirem uma cultura mais ampla que lhes possibilite tomar decisões de maneira informada e consciente frente a situações cotidianas, bem como uma compreensão mais apurada das coisas do mundo.

Ainda, pode-se apontar o aumento das desigualdades em relação a estudantes de classes mais favorecidas, uma vez que as escolas privadas têm proporcionado itinerários formativos que, na prática, incorporam os componentes curriculares e conhecimentos que literalmente desapareceram dos currículos das redes públicas. Inclusive, nas escolas da rede pública, foi notável a queda no número de matrículas do(a)s estudantes que, diante dos itinerários oferecidos, não tiveram seus interesses de estudos contemplados, tampouco os horários eram compatíveis com a sua rotina, que muitas vezes inclui o ingresso no mercado de trabalho. Por essas razões, o abandono da sala de aula tem sido bastante significativo.

A escuta do(a)s estudantes, professore(a)s e gestore(a)s realizada pela Universidade de São Paulo sinalizou diversos pontos que gostaríamos de aqui explicar:

- Primeiramente, identificamos que houve uma pulverização de componentes e itinerários formativos de modo não sistematizado ao longo dos anos. Os conteúdos curriculares foram apresentados nos livros didáticos ou na proposta curricular do Estado, por meio de

¹ Corresponde a 60% da carga horária total.



GABINETE
DO
REITOR

sequências consideradas confusas, sem correlação com os livros didáticos já existentes nas escolas e, principalmente, sem um processo de formação do(a)s professore(a)s para atuarem com as novas estruturas curriculares. É notório que os itinerários formativos, da maneira como têm sido propostos, tratam superficialmente os temas abordados e não permitem o seu devido aprofundamento. Os relatos que obtivemos apontam para o fato do esvaziamento dos conteúdos curriculares necessários tanto ao prosseguimento dos estudos em nível superior, quanto à formação dos preceitos de criticidade e cidadania, garantidos por lei.

- O(a)s estudantes, por sua vez, quase nunca podem fazer escolhas, dada a oferta reduzida de disciplinas e a falta de professore(a)s para assumirem os itinerários formativos que contemplem os interesses e/ou demandas da comunidade escolar, quando são ofertados em suas escolas - o que resulta em uma dramática situação de prejuízo ao exercício do direito à educação. Como a carga horária destinada aos itinerários é alta (40%), o número de componentes curriculares a serem cursados se torna excessivo. Além disso, cada escola criou diferentes formas de organizar o(a)s aluno(a)s, conforme o itinerário, e a falta de clareza neste processo gerou muitas reclamações e desgaste emocional do(a)s aluno(a)s diante do desejo de estudar determinados temas e simplesmente não ter acesso ao itinerário desejado. Este entrave levou à insatisfação do(a)s estudantes em permanecer nas escolas e, conseqüentemente, ao aumento das situações de conflito, redução do rendimento escolar e, em muitos casos, ao abandono escolar. O(a)s jovens se sentem enganado(a)s, uma vez que a realidade vivenciada por



GABINETE
DO
REITOR

ele(a)s, na grande maioria das escolas públicas do país, não corresponde à intensa propaganda veiculada em anos precedentes, quando se destacou que escolheriam “livre e amplamente” seus próprios percursos formativos e isso jamais foi uma realidade à esmagadora maioria da juventude brasileira que cursa o Novo Ensino Médio.

- Outro fato apontado se refere à questão da infraestrutura das escolas para a devida execução da política aprovada. É sabido que muitas unidades não dispõem de uma infraestrutura para o oferecimento das atividades diversificadas, pois enfrentam a falta de ambientes adequados, como laboratórios científicos e de informática, espaços *maker*, áreas verdes, pátios cobertos, salões, salas multimídia, bibliotecas, ateliês, palcos, quadras esportivas, auditórios etc. Ou seja, atividades que, nos livros didáticos, deveriam ser feitas com acesso à Internet, práticas em áreas externas, salas com equipamentos diversos, simplesmente não aconteceram. A consequência da tentativa de implementação de um projeto aparentemente ambicioso sem as condições mínimas é um dos fatores que sustenta a percepção de que este Novo Ensino Médio não foi pensado para o contexto da realidade da grande maioria das escolas públicas brasileiras, o que demonstra a necessidade do Brasil regulamentar o Custo Aluno-Qualidade, mecanismo constitucional que estabelece o caminho para o país estabelecer condições adequadas para os profissionais da educação educarem e os alunos aprenderem.
- Com relação aos(à)s professore(a)s especialistas em uma determinada área, destaca-se que, com a diminuição das disciplinas de formação geral básica, estes completam suas jornadas com os componentes dos



GABINETE
DO
REITOR

itinerários formativos, acarretando um excesso de temas sob sua responsabilidade. Em muitos casos o(a)s professore(a)s assumem temas que não foram estudados nos cursos de Licenciatura e, apesar dos esforços de formação continuada, muitas vezes por iniciativa particular, oferecer uma educação de qualidade ao(à)s estudantes é um objetivo não alcançado. O desgaste do(a) professor(a) e seu adoecimento têm sido associados às dificuldades na atribuição de aulas, à falta de formação para atuação nos itinerários, ao tempo excessivo para estudar e elaborar atividades, além do evidente desinteresse do(a)s estudantes em itinerários que são obrigatórios.

Além das ações de escuta dos diversos atores da comunidade escolar em diferentes cidades do estado de São Paulo, a Universidade, por sua expertise no que se refere à pesquisa educacional, tem trabalhado na elaboração de um documento que tem como objetivo subsidiar Políticas Públicas Educacionais em diferentes níveis de ensino.

No conjunto das propostas, convém referenciar o **Programa Eixos Temáticos USP²**, que objetiva construir uma ferramenta de interação entre a USP e os setores da política de forma a influenciar as tomadas de decisão e legislação produzidas no executivo e no legislativo em todos os níveis, do município ao Governo Federal. Os itens de agenda do Eixo Educação do Programa dialogam com as propostas deste documento para constituição de uma Política Nacional do Ensino Médio. Entre os itens de agenda, destaque-se aqui:

² O Programa Eixos Temáticos da USP foi constituído com o objetivo de elaborar um conjunto de itens de agenda capazes de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas. Os itens de agenda do eixo Educação estão em fase de consulta pública e deverão ser publicizados em breve no seguinte endereço eletrônico: <https://proetusp.webhostusp.sti.usp.br/>



GABINETE
DO
REITOR

Alinhar ações pedagógicas às características dos territórios das escolas e dos demais espaços educativos, reconhecendo e valorizando as experiências pessoais de estudantes, docentes e comunidades.

Estimular processos que visem a autonomia da equipe escolar na análise e enfrentamento dos problemas cotidianos.

Estimular ações de integração das minorias e valorização da diversidade nas escolas, em parceria com comunidades, universidades e instituições socioculturais.

Em função do exposto, a Universidade de São Paulo apresenta a seguir, contribuições diretas para o processo de elaboração de uma nova e efetiva Política Nacional do Ensino Médio.

Reconhecendo que a transformação curricular que possibilita a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade e a flexibilidade necessária para múltiplas trajetórias formativas é tarefa complexa, a proposta é que as Secretarias Estaduais de Educação, sob a coordenação do MEC e em diálogo com as Universidades, conselhos de educação, representações dos profissionais da educação, do(a)s estudantes e da sociedade civil organizada, criem programas específicos de apoio para a implantação desta etapa formativa, para a adequada implementação da Política Nacional do Ensino Médio - em um novo modelo pedagógico, pautado também na melhoria da infraestrutura escolar.

Uma das sugestões é a ampliação da Universidade Aberta do Brasil, com instalação de polos nas escolas e o convite para que as universidades, centros



GABINETE
DO
REITOR

universitários e faculdades isoladas possam aderir ao programa e oferecer cursos de aprimoramento e qualificação, não somente para o(a)s professore(a)s, mas também, para a comunidade escolar. Uma ação dessa natureza é imprescindível para o desenvolvimento do(a)s profissionais da educação, das escolas e de seus trabalhos. Além de uma oportunidade de valorização do corpo docente há muito desejada. Portanto, o estabelecimento da Política Nacional do Ensino Médio deve se dar a partir do reconhecimento do lugar central do(a)s professore(a)s para a melhoria efetiva da qualidade do trabalho escolar.

Ao se considerar uma proposta para o Ensino Médio, deve-se reconhecer e valorizar a centralidade do protagonismo juvenil e a necessidade de se oferecer para todo(a)s o(a)s jovens, mais especialmente para o(a)s das classes desfavorecidas economicamente, uma formação que lhes permita partilhar os bens culturais universais e ter acesso às mesmas oportunidades, tanto na educação superior quanto no mercado de trabalho, disponibilizadas para o(a)s oriundo(a)s dos segmentos mais privilegiados. Aqui se faz uma referência explícita àquele(a)s jovens cujas famílias têm uma situação econômica melhor, o que lhes permite o acesso a possibilidades culturais e formativas, muitas vezes inimaginadas pelo(a)s pertencentes às classes populares. Trata-se, em suma, de uma dimensão fundamental à “democratização das oportunidades escolares” que, desde o século XIX, vem sendo buscada e ainda carece de investimentos para superar situações de fracasso das quais o(a)s estudantes socialmente excluído(a)s vêm sendo vítimas.

Por isso, mais alguns itens do Programa Eixos Temáticos USP - Educação, mencionado anteriormente, merecem destaque aqui:



GABINETE
DO
REITOR

Valorizar e formular ações para fazer das escolas públicas centros, espaços de difusão e democratização do acesso à internet de qualidade.

Incorporar no ambiente escolar ações para debater e praticar o uso construtivo e crítico das redes sociais e da internet.

Nesta mesma linha de adequação curricular centrada no protagonismo juvenil, é oportuno levar em conta as transformações culturais pelas quais passa a humanidade em decorrência das possibilidades abertas pelas tecnologias digitais, oferecendo ao(à)s estudantes a oportunidade de fazerem frente - a partir da contribuição das Ciências Humanas - aos perigos decorrentes das ações criminosas que sustentam políticas de desinformação, afetando áreas da vida individual e social, evidenciadas como prejudiciais à construção e sustentação da convivência humana e da própria democracia no país. Para tanto, faz-se necessário que as escolas ofereçam práticas educacionais, de modo a garantir que todo(a)s o(a)s estudantes do Ensino Médio sejam beneficiado(a)s por uma educação midiática que favoreça tanto o domínio de referenciais adequados à análise da produção cultural e informacional circulante na mídia e nas redes sociais quanto ao desenvolvimento da autonomia para o exercício de uma expressão comunicativa aberta ao diálogo social e à cultura de paz (artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos), e da mesma forma, uma visão de mundo coletiva e comunitária que enfrente o individualismo e a falsa ideia do empreendedorismo individual, valorizando apenas interesses mercadológicos imediatos e não uma formação ampla, questionadora e embasada na ciência e na experiência.



GABINETE
DO
REITOR

Considerando a necessidade de se fortalecer a formação básica geral, propõe-se uma carga horária de, no mínimo, 2.400 horas, mantendo-se um conjunto de componentes curriculares fundamentais (Artes, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia). À parte diversificada caberiam 600 horas, organizadas de maneira a contemplar os interesses do(a)s jovens e a aprofundar os conhecimentos. Tanto nessa quanto na outra etapa da formação, sugere-se o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e transdisciplinares, planejados não somente de acordo com os interesses da comunidade escolar, mas também em colaboração com a comunidade. Aspectos dessa natureza estão indicados no Programa Eixos Temáticos USP - Educação, quando se destaca a necessidade de:

Promover a alfabetização científica, midiática e informacional como eixo formativo, com especial atenção aos segmentos e comunidades vulneráveis.

Tendo em vista a recente aprovação no Congresso Nacional de aumento gradual do número de escolas em tempo integral, com carga horária diária de 7 horas, e a flexibilidade necessária para que as múltiplas trajetórias sejam reconhecidas e garantidas, atividades complementares de formação poderão ser promovidas no interior das escolas, em articulação com entidades como institutos federais, escolas técnicas estaduais, rurais, Universidades, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST-SENAT e outras. Daí a pertinência de assinalar o item do Programa Eixos Temáticos USP – Educação:



GABINETE
DO
REITOR

Desenvolver ações que estimulem a cooperação entre escolas, famílias, organizações comunitárias, organizações sociais, para mobilizar recursos locais e regionais que contribuam com o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A escola pública tem perdido a riquíssima oportunidade de potencializar a voz de sujeitos que a constituem por antonomásia. Escutar as pessoas principais do processo é uma exigência de uma escola profundamente transformadora, inovadora e democrática, embora o uso da expressão democrática, tenha sido um slogan intensamente utilizado na propaganda do Novo Ensino Médio:

Aliás, o discurso pedagógico neste período foi sempre de tom monótono e abstratamente democrático; não se prestando, pois, como tal, para diferenciar entre tendências autenticamente democráticas e outras em que os slogans da democracia, pela sua aceitação universal, serviam a outros propósitos. (AZANHA, 2004, p. 337)³.

O pensamento do professor José Mário Pires Azanha, embora se refira ao processo de democratização do ensino ao longo do século XX, continua atual e perfeitamente aplicável à realidade desta terceira década do século XXI, principalmente no que diz respeito a uma proposta “amplamente democrática” como pretende o Novo Ensino Médio.

³ AZANHA, J. M. P. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 335-344, maio/ago. 2004.



GABINETE
DO
REITOR

Institucionalizar programas de bolsas de iniciação (pré-científica, científica e tecnológica) e cursinhos preparatórios às universidades públicas.

O item acima, extraído do Programa Eixos Temáticos USP - Educação, chama atenção para outra dimensão fundamental para o Ensino Médio. Em relação à qualificação para o trabalho, uma vez que a etapa da Educação Básica em questão é aquela que marca a transição para a vida adulta e as ofertas de ensino e escolhas são múltiplas, a escola deve estar atenta às novas configurações da sociedade e do mercado de trabalho em transformação constante, para tornar-se um polo de formação que contribua para qualificar o(a) jovem para compreender os fenômenos à sua volta e atuar de forma crítica nessa realidade.

Medidas tomadas pelas escolas como o oferecimento de refeições nos finais de semana, de cursos de qualificação profissional integrados com o Ensino Médio ou não, voltados para quem está desempregado(a) e quer se qualificar, cursinhos preparatórios para ingresso nas ETEC e universidades, reforço escolar, em virtude do atraso na alfabetização e na aquisição de conteúdos escolares na idade certa, observados durante a pandemia da COVID-19, além de práticas culturais e esportivas diversificadas, isso conjugado com a oferta de estágios remunerados para estudantes que possam se tornar mediadore(a)s nas atividades escolares ou partícipes de projetos de extensão, teriam o apoio imediato da comunidade do entorno escolar. Ainda, a abertura das escolas nos finais de semana, como foi feito em alguns estados, principalmente, em São Paulo, naquilo que ficou conhecido como o Programa “Escola da Família”, muito contribuiria para a integração do(a) jovem à comunidade, e desta à escola, ampliando, assim, as oportunidades de formação do público escolar. Daí a



GABINETE
DO
REITOR

pertinência em transcrever mais algumas passagens do Programa Eixos Temáticos USP – Educação:

Combater a evasão escolar, favorecendo programas de permanência escolar na Educação Básica, com ênfase no Ensino Médio como forma de garantir o acesso e a permanência de adolescentes e jovens à educação pública de qualidade.

Promover ações de valorização da carreira docente, englobando o aprimoramento salarial, melhores condições de trabalho, oportunidades de formação continuada e apoio institucional desde o início da trajetória profissional.

Por fim, para que qualquer reforma educacional tenha sucesso, não bastam proposições curriculares, há que se considerar políticas públicas estruturantes que atendam às necessidades das redes de ensino. Nessa direção, sintetizamos algumas propostas: estabelecimento de um mínimo de 50% da jornada de trabalho docente remunerada com tempo para estudos, planejamento coletivo e realização de atividades extraclasse; estabilidade do(a) professor(a) na escola, criando equipes permanentes para que se consolide o compromisso com a comunidade em que atuam; formulação de uma política de valorização salarial com plano de carreira para todo(a)s o(a)s profissionais da educação; aumento da oferta de turmas de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adulto(a)s no período noturno; estabelecimento de um limite de 30 estudantes por turma; melhoria da infraestrutura escolar e das condições de oferta do ensino; regulamentação do Custo Aluno-Qualidade; além da implementação de uma política de permanência para estudantes matriculado(a)s em escolas de tempo



GABINETE
DO
REITOR

integral. Essas ações demandam articulação dos entes federados, sob a liderança do Ministério da Educação, com apoio das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos sindicatos, de universidades e do empresariado, para buscar garantir os recursos financeiros necessários, no sentido de implantarmos um Ensino Médio de qualidade e articulado com as transformações em curso na nossa sociedade.

A Universidade de São Paulo, cumprindo seu dever cívico, científico e educacional, coloca-se à disposição para colaborar nesse processo de mudanças, rumo à afirmação de uma nova Política Nacional do Ensino Médio.

Contribuição do GT Ensino Médio promovido
pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo

30 de junho de 2023